

ÍNDICE MULTIDIMENSIONAL DA ATIVAÇÃO DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL: A Dimensão Produtiva e Seus Componentes

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.14525>

Submetido em 24/5/2023

Aceito em: 1/7/2023

Pedro Luís Bütttenbender,¹ Elaine Cristina de Oliveira Menezes,²
António Manuel Alinho Covas,³ Estevan Bartoli,⁴ Carlos Otávio Zamberlan,⁵
Marjana Eloisa Henzel,⁶ Laiane Frescura Flores⁷

RESUMO

O presente estudo versa sobre o patrimônio territorial, contemplando uma abordagem multidisciplinar e multidimensional, aportando referências teórico-metodológicas sobre a dimensão produtiva de forma sistêmica e articulada com as demais dimensões. O objetivo é contextualizar teoricamente a dimensão produtiva na dinâmica territorial do desenvolvimento e propor indicativos metodológicos que possam embasar um instrumental metodológico multidimensional a ser utilizado na realização de estudos de diagnóstico, análise e prospecção territorial. O diagnóstico tem seu foco na caracterização socioeconômico-cultural e ambiental e a análise propõe-se a detectar as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, enquanto a prospecção territorial avalia as alternativas de futuro de um determinado recorte territorial, seja este um território, uma região ou um município. Esta abordagem metodológica baseia-se em diferentes vertentes e teorias do desenvolvimento territorial que resgatam conceitos como: sistemas produtivos locais, sistemas agroalimentares localizados, economia social e solidária, cesta de bens e serviços territoriais, dentre outros. Reconhece-se, todavia, que o desenho do indicador da dimensão produtiva, neste estudo, não abarca a variedade de conceitos e vertentes do campo do desenvolvimento territorial. O que se propõe com o presente texto é apontar possibilidades e caminhos analíticos para a dimensão produtiva ante a ativação do patrimônio territorial.

Palavras-chave: abordagem territorial; dimensão produtiva; desenvolvimento territorial; pressupostos teórico-metodológicos.

MULTIDIMENSIONAL INDEX OF TERRITORIAL HERITAGE ACTIVATION: THE PRODUCTIVE DIMENSION AND ITS COMPONENTS

ABSTRACT

The present study deals with territorial heritage, taking a multidisciplinary and multidimensional approach, providing theoretical and methodological references on the productive dimension, in a systemic and articulated with the other dimensions. The objective is to contextualize theoretically the productive dimension in the territorial dynamics

¹ Autor correspondente: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional. Ijuí/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/0685947440843291>. <https://orcid.org/0000-0002-7011-8552>. pedrolb@unijui.edu.br

² Universidade Federal do Paraná – UFPR. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Territorial Sustentável. Matinhos/PR, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/4573603156517560>. <https://orcid.org/0000-0002-1427-0744>

³ Universidade do Algarve – Ualg, Portugal. <http://orcid.org/0000-0002-0034-102X>

⁴ Universidade do Estado do Amazonas. Parintins/AM, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/0618624782475219>. <http://orcid.org/0000-0003-1238-3187>

⁵ Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. Ponta Porã/MS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/6411327863419201>. <http://orcid.org/0000-0001-9975-9612>

⁶ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional. Ijuí/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/1599483042831744>. <https://orcid.org/0000-0001-5776-5504>

⁷ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional. Ijuí/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/3992733088480510>. <https://orcid.org/0000-0001-7600-4698>

of development and to propose methodological indicatives that can provide the basis for a multi-dimensional methodological tool to be used in diagnostic studies, analysis and territorial prospection. The diagnosis focuses on the socioeconomic-cultural and environmental characterization, the analysis proposes to detect the strengths, opportunities, weaknesses and threats, while the territorial prospection evaluates the future alternatives of a certain territory, be it a territory, a region or a municipality. This methodological approach is based on some strands and theories of territorial development that rescue concepts such as: local productive systems, localized agro-food systems, social and solidary economy, basket of territorial goods and services, among others. However, it is recognized that the design of the productive dimension indicator, in this study, does not cover the variety of concepts and aspects of the field of territorial development. What is proposed with this text is to point out possibilities and analytical paths for the productive dimension in view of the activation of territorial heritage.

Keywords: territorial approach; productive dimension; territorial development; theoretical-methodological assumptions.

INTRODUÇÃO

Os avanços e transformações da sociedade e das capacidades acadêmico-científicas têm alcançado e produzido novos fundamentos epistêmico-teórico-metodológicos sobre a temática do desenvolvimento e da governança territorial e a abordagem territorial do desenvolvimento. Esses avanços sugerem e justificam a necessidade de contemplar-se abordagens multidisciplinares e multidimensionais, reconhecendo os distintos paradigmas do conhecimento.

Ao longo de 2021, por iniciativa de mais de 30 pesquisadores do Brasil, Portugal, Espanha e Argentina, oriundos de 20 universidades, iniciou-se a execução de um projeto de pesquisa cujo cronograma prevê sua finalização em 2023. Trata-se do Projeto de Pesquisa *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões* (ProPAT)⁸. O projeto, em seu todo, possui como objetivo propor e validar um instrumental metodológico mais adequado à perspectiva territorial de análise, com o fim de contribuir na elaboração de diagnósticos territoriais que favoreçam a prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento, tendo o patrimônio territorial como referência.

O patrimônio territorial é compreendido como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural na relação com o entorno ambiental, representados nas suas diferentes dimensões (produtiva, cultural, institucional, natural, social e humano-intelectual) (DALLABRIDA, 2020a). Em consonância com a base epistêmica, assume-se no projeto em referência uma base teórica sustentada em quatro categorias conceituais: território, governança, patrimônio e desenvolvimento territorial.

⁸ Projeto referente ao Programa Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Complementarmente faz referência a outros três projetos: (i) *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: um estudo em três regiões do Rio Grande do Sul*, envolvendo uma rede de Instituições e pesquisadores liderados a partir do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR/Unijuí e apoiados pela Fapergs; (ii) o projeto *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de instrumental metodológico*, que está em execução no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável – PPGDTS/UFPR; (iii) o projeto *Fundamentos epistêmico-metodológicos do patrimônio territorial, convergentes com a Dimensão Social*, em execução no Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas – PPGDPP/UFS.

A primeira etapa da investigação foi cumprida com êxito e teve por objetivo a reflexão teórica com aportes para um referencial epistêmico-teórico-metodológico convergente com a abordagem territorial do desenvolvimento. Essa produção resultou em textos publicados: (i) Dallabrida, Rotta e Büttendbender (2021), em que são apresentados pressupostos epistêmico-teóricos; (ii) Dallabrida *et al.* (2021), cujas categorias conceituais e pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial do desenvolvimento são explicitadas; (iii) Dallabrida *et al.* (2022), quando são aprofundadas as compreensões entre o Estado e a sociedade na construção de capacidades para fortalecer práticas de governança territorial; (iv) Dallabrida (2022), cujo Dossiê que aborda as seis dimensões apresenta desafios para o desenvolvimento e a aplicação de um instrumental metodológico multidimensional; e (v) Büttendbender *et al.* (2022), que detalha um primeiro ensaio de referências teórico-metodológicas da Dimensão Produtiva.

Em 2022 avançou-se, também, em uma etapa mais complexa e complementar do projeto “O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões” – ProPAT, por meio de novas rodadas de debates em seis subgrupos temáticos, os quais aprofundaram as bases das dimensões: produtiva, natural, humana e intelectual, social, cultural e institucional.

O presente artigo apresenta, de maneira mais ordenada, as reflexões acerca da dimensão produtiva, sendo este organizado em seis seções. A primeira traz a introdução, seguida da segunda seção, que aborda a análise da dimensão produtiva do território e as filiações interpretativas paradigmáticas. A terceira detalha a dimensão econômico-produtiva no patrimônio territorial e aspectos coevolutivos e de governança no território. A quarta seção apresenta as categorias epistêmico-teóricas centrais para fundamentar a dimensão produtiva na elaboração do Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (Imap). A quinta detalha os componentes, variáveis e aspectos indicativos para a estruturação de uma proposta metodológica para o estudo da dimensão produtiva. A sexta e última seção aborda os elementos constitutivos do Índice da Dimensão Produtiva para a formação do Imap, finalizando com as considerações finais e as referências bibliográficas pesquisadas.

ANÁLISE DA DIMENSÃO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO E AS FILIAÇÕES INTERPRETATIVAS PARADIGMÁTICAS

A reconstrução do debate sobre desenvolvimento leva em conta alguns dos grandes paradigmas a esse respeito (ANDION, 2007; ARRIGHI, 1998; WALLERSTEIN, 2002; RIST, 2008). O primeiro deles corresponde ao chamado paradigma desenvolvimentista (que se impôs durante o período de 1940 a 1970) inspirado no modelo fordista. Seus adeptos apoiavam suas reflexões em dois pilares: a ação centralizadora e polarizadora do Estado, vista como promotora dos direitos sociais básicos, e o sistema de livre-mercado, distribuidor das riquezas geradas pelos sistemas produtivos. Trata-se da ideia do desenvolvimento como processo de crescimento contínuo e cumulativo. O segundo, denominado paradigma heterodoxo (que acompanha a conjuntura das décadas de 60 e 70 do século 20), fundamenta-se na utilização dos conceitos centrais da teoria marxista, mas foi adaptado por várias correntes de pensamento: neomarxistas, estruturalistas e dependentistas. Essas correntes avaliavam as inter-relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, situando o subdesenvolvimento como o resultado histórico de relações de dominação nos cenários internacional e nacional. Por fim, o paradigma neoliberal,

que emergiu no transcurso dos anos 1980, resgata as ideias dos clássicos da teoria econômica relacionadas à regulação no âmbito do mercado, operando de forma supostamente livre.

Os três paradigmas foram objeto de transformações observadas na estrutura econômica moderna, cujas inovações têm condicionado o surgimento de novas configurações espaciais (BENKO, 1996). Essas reflexões contribuíram decisivamente para o reenquadramento analítico do fenômeno do desenvolvimento. Desde a década de 60 elas vêm incorporando as evidências de uma crise socioambiental de escopo planetário e os efeitos perversos da visão utilitarista e economicista da problemática do desenvolvimento (MEADOWS *et al.*, 1978).

A condução do debate paradigmático em grupos amplos de pesquisadores de diversas matizes, faz necessária a reflexão a partir de diferentes visões de mundo, referenciais teóricos, posições políticas e estilos de pensamento (FLECK, 2010). A intencionalidade está implícita nos confrontos entre concepções paradigmáticas, que se manifestam pela ação cognitiva, percepção, linguagens e práticas, conectando o pensamento e a realidade, o conhecimento e o fato, o sujeito e o objeto (SEARLE, 1995). Estes paradigmas estabelecem um entendimento de desenvolvimento dominante e conservador, o que implica normatizar ideologicamente o domínio das técnicas, temporalidades, funcionalidades e eficiência/eficácia, cujo objetivo é a realização produtiva que se materializa no espaço (SILVEIRA, 2013). Tais modificações, segundo o autor, constituem territórios por abranger relações de poder, causando aceleração social, que pode anular velhas territorialidades com o desfazimento dos limites políticos, econômicos, sociais e culturais aos quais a identidade estava associada.

A concepção de território no campo tem suas peculiaridades. Tais peculiaridades expressam mais evidências de que um sistema econômico único é praticamente impossível de ser pensado para o contexto rural. Os problemas contemporâneos têm demonstrado a necessidade de sistemas híbridos, em que a lógica vigente deve ser repensada a partir de uma multiplicidade de atores, coalizões e formas de atuação em âmbito territorial.

A ideia de território pode ser um balizador importante no desenvolvimento da concepção crítica e decolonial da noção de patrimônio territorial. Há incisiva crítica de Santos e Silveira (2003) à competitividade como forma de ação. Segundo os autores, as intenções manifestam-se no conjunto de técnicas que envolve parcialmente o globo, formando um princípio de seletividade que se dá como princípio de hierarquia, quando técnicas não hegemônicas são hegemônicas pela invasão do sistema técnico dominante.

Em específico no âmbito da ruralidade, a abordagem paradigmática na América Latina ocorre entre concepções sobre a questão agrária e o capitalismo agrário. A vertente do Paradigma da Questão Agrária (PQA) é defendida por teóricos que entendem que a forma de criação e recriação do camponês acontece na luta pela terra, na luta de classes e na reforma agrária. Tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses. Entende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade (FERNANDES, 2005, 2008).

Ao analisar as duas vertentes interpretativas, Felício (2006) interpreta o primeiro como posicionamento crítico para confrontar o pensamento consensual que defende a expansão do capitalismo de maneira única e homogênea no campo. Ambos os paradigmas situam-se no embate de interesses que põe em evidência um modelo de desenvolvimento para o campo

brasileiro, atendendo a grupos com objetivos distintos. Resumidamente, para o Paradigma da Questão Agrária (PQA) o problema está no capitalismo e para o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) o problema está no campesinato (FERNANDES, 2008).

Os sistemas produtivos em âmbito local têm se apresentado de inúmeras formas, desde sistemas produtivos locais a sistemas agroalimentares localizados, a economia social e solidária, além de apresentarem-se sob a forma de variados arranjos formais ou informais de produção e distribuição da riqueza ou produto de uma sociedade. Nesse contexto, a combinação entre mercado e reciprocidade tem ampliado as práticas produtivas cujo componente identitário e cooperativo se destaca. Os modos de regulação e governança são elementos-chave para se pensar esse tipo de organização territorial que ultrapassa os limites da simples organização econômica do território. São esses modos de governança que constituem canais propícios à formação de uma consciência eco-socioeconômica, que poderia alavancar estratégias de desenvolvimento territorial sustentável mais compatíveis com o patrimônio territorial.

As abordagens da dimensão produtiva do território e as filiações interpretativas paradigmáticas são referência de estudos com pensamentos inovadores e que recomendam ênfases multidisciplinares e multidimensionais.

DIMENSÃO ECONÔMICO-PRODUTIVA NO PATRIMÔNIO TERRITORIAL E ASPECTOS COEVOLUTIVOS E DE GOVERNANÇA NO TERRITÓRIO

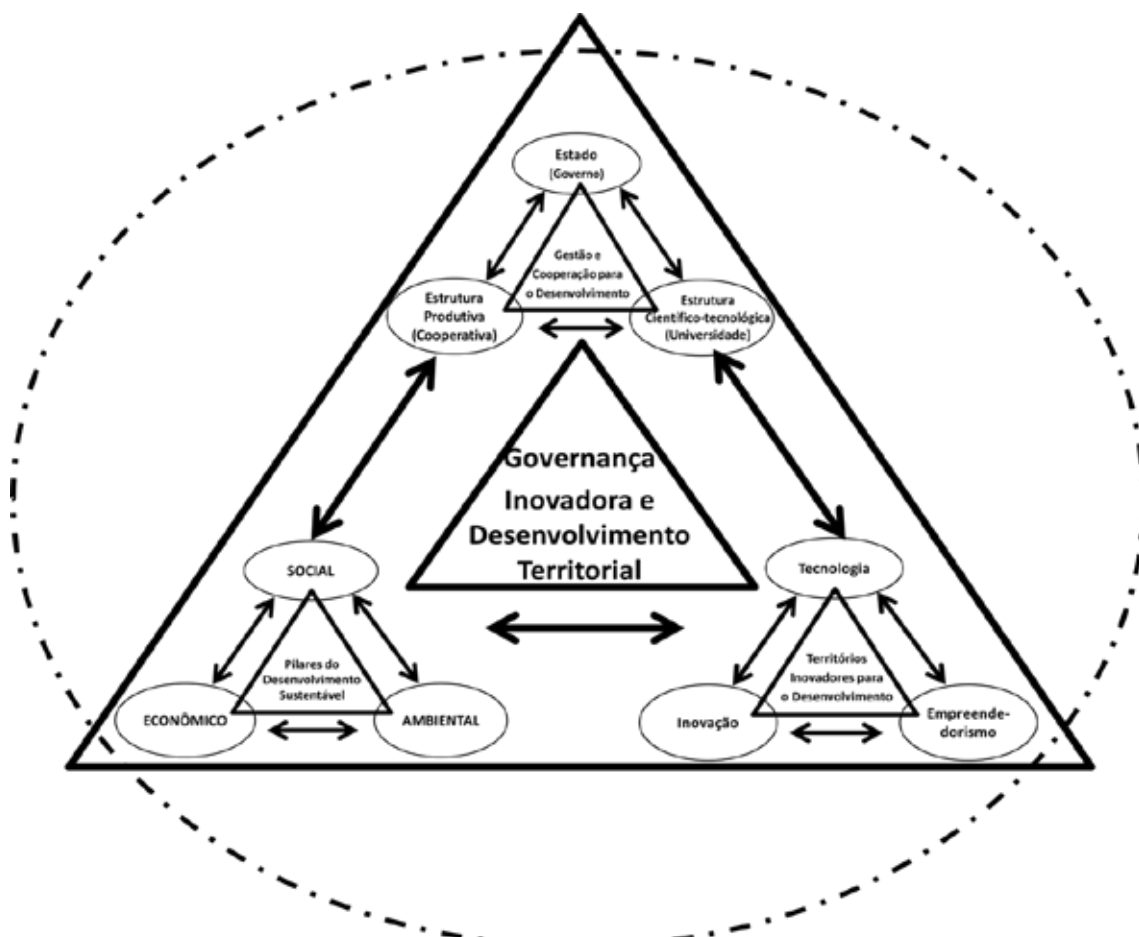
A presente seção busca abordar como a categoria patrimônio territorial pode alicerçar análises críticas e multidimensionais mais complexas acerca do desenvolvimento territorial. A construção de sua base conceitual e metodológica considera elementos que compõem os sistemas territoriais entendidos como: (i) produtos do processo de coevolução e interação de longa duração entre relações sociais e ambiente (MAGNAGHI, 2010; GODARD, 2000); (ii) consolidados pela mediação do trabalho e da informação (RAFFESTIN, 1993), sob intensa pressão hegemônica da unicidade das técnicas e suas intencionalidades; (iii) portadores de territorialidades ativas ou passivas (DEMATTEIS, 2005); (iv) espaços permeados por expressões, processos e movimentos socioespaciais e socioterritoriais (FERNANDES, 2005; PEDON, 2009; SOBREIRO FILHO, 2016) passíveis de serem caracterizados como espaços de resistência e territorialidades contra-hegemônicas; e (v) espaços permeados de lógicas exógenas (técnicas, científicas e informacionais) que, enquanto verticalidades, dimensionam configurações variadas de alienação territorial e alterações das horizontalidades (SANTOS; SILVEIRA, 2003).

Na abordagem da dimensão econômica os aspectos coevolutivos e de governança no território aduzem para a definição de Magnaghi (2010) de que o patrimônio territorial é constituído de um sistema vivente de alta complexidade, e, como tal, deve ser tratado enquanto recurso por produzir riqueza, que, em síntese, aparece em três posicionamentos: (i) dissipação/destruição – liberação do vínculo territorial produzido pela urbanização; (ii) conservação do território para gerações futuras; e (iii) valorização da identidade do lugar e criação adicional de recursos, que significa produzir novos atos territorializantes que aumentam o valor do patrimônio territorial. Magnaghi (2010) realiza uma análise de requisitos multissetoriais e integrados de sustentabilidade, sendo, por definição, antieconomicista e antinaturalista, propondo uma abordagem *antropo-biocentrista*.

com a tríplice hélice, combinando a cooperação entre o Estado (governo), a indústria (empregadores) e a universidade. A segunda abordagem traz os fundamentos de Julien (2010), com a combinação de investimentos em tecnologia, inovação e empreendedorismo, reconhecendo as relações intra (dentro de cada vértice), entre (entre os três vértices) e extra (entre cada um dos vértices com o ambiente externo do espaço em que estão localizados). A terceira abordagem, com as definições de Elkington (1998) e Dias (2009), direciona às dimensões econômica, social e ambiental. Estas variáveis também são impactadas pelas relações políticas, econômico-produtivas, sociais, ambientais, culturais e naturais que ocorrem no território.

O constructo de governança inovadora e desenvolvimento territorial, representado ilustrativamente na Figura 2, é reconhecido como um sistema aberto, complexo e dinâmico, expresso pelo contorno circular contínuo.

Figura 2 – Constructo de governança inovadora e do desenvolvimento territorial



Fonte: BÜTTENBENDER; SAUSEN (2020, p. 454).

As bases do desenvolvimento territorial na sociedade do conhecimento, portanto, são identificadas nas estratégias focadas nas redes de cooperação que envolvam poder público (estrutura do Estado em todos os níveis), empresas (empresários), universidades (centros de pesquisa e desenvolvimento, escolas em todos os níveis) e organizações comunitárias (igrejas, ONGs, associações, cooperativas, sindicatos, etc.).

Outra abordagem específica, como o modelo Sistemas Locais Territoriais – SLoT –, tem suas contribuições para a abordagem territorial. Desenvolvido por pesquisadores do chamado grupo de Turim, o modelo SLoT é útil para averiguação dos mecanismos de evolução interna de sistemas individualizados, hibridizados e abertos a trocas com o exterior. Pretende, a partir da abordagem territorial, analisar um determinado nível na hierarquia genético-cultural numa ótica evolucionista (DEMATTEIS, 2005). Para o autor supramencionado, a diversidade no interior do sistema é entendida como variabilidade potencial, aumentando a gama de escolhas possíveis, sendo recurso estratégico na escala evolutiva do sistema. Considera, também, essa diversificação como resultado de processos coevolutivos de longa duração das sociedades locais com o território e o ambiente. Essa riqueza coletiva desenvolve papel de conjunto genético-cultural, cuja transmissão acresce a capacidade inovadora e a autonomia dos sistemas territoriais nas diversas escalas (DEMATTEIS, 2008).

O modelo SLoT propõe descrever a relação entre interação social, potencialidades do território local, governança e desenvolvimento. Por meio da rede local de sujeitos e suas relações com a especificidade territorial, busca interpretar ações nas quais o território se comporta em certas circunstâncias como sujeito coletivo (DEMATTEIS, 2008). Tais perspectivas e inovações impactam na forma como podem ser desenhadas especificidades territoriais, sendo importantes elementos para prospectar as bases teórico-epistêmicas da dimensão produtiva do patrimônio territorial.

CATEGORIAS EPISTÊMICO-TEÓRICAS CENTRAIS PARA FUNDAMENTAR A DIMENSÃO PRODUTIVA NA ELABORAÇÃO DO IMAP

Diante das reflexões até aqui empreendidas, destaca-se que no projeto de pesquisa ProPAT toma-se como ponto de partida a categoria teórica território. Para se referir à forma como se apresenta o território nos diferentes momentos da história, enquanto arranjo espacial, utiliza-se a categoria patrimônio territorial, com suas dimensões (produtiva, social, cultural, natural, institucional e humano-intelectual). O presente estudo faz referência à dimensão produtiva, com o propósito de explicitar elementos teórico-metodológicos que permitam contribuir na estruturação de um instrumental metodológico multidimensional a ser utilizado na análise e prospecção territorial.

Como ponto de partida, essa seção aborda as bases conceituais fundantes da presente dimensão. As bases fundantes da dimensão produtiva apresentam-se em categorias teóricas e, decorrente disso, a definição das categorias de referência, seus componentes, as variáveis e parâmetros de análise. Após essas definições é possível realizar a discriminação dos parâmetros de análise para se apurar, então, o índice da Ativação relacionado à Dimensão Produtiva, que comporá o Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (Imap).

Como ponto de partida tem-se os aspectos socioeconômicos e produtivos do desenvolvimento, debatidos entre economistas, sociólogos, cientistas políticos e ambientalistas/ecólogos. Para fins desta seção, parte-se dos pressupostos de que a economia e as atividades produtivas estão ancoradas nos princípios de manutenção da vida, pautados em aspectos da patrimonialidade, viabilidade e territorialidade (GEORGESCU-ROEGEN, 2011; PECQUEUR, 2006; VIEIRA, 2006). Por meio de uma concepção mais ampla de economia substantiva, busca-se integrar conceitos que têm sido mobilizados pelos teóricos que defendem uma alternativa contra-hege-

mônica para pensar as trajetórias de desenvolvimento territorial e as possibilidades de ativação do patrimônio territorial.

Dentre tais conceitos, têm-se os estudos acerca das aglomerações produtivas e suas derivações. Suas primeiras acepções relacionam-se à aglomeração que está para o espaço como o aprendizado está para o tempo, avançando em relação aos pressupostos definidos por Alfred Marshall no final do século 19 (BENKO, 1996). No Brasil, uma dessas derivações conceituais centrou-se em compreender os Arranjos Produtivos Locais – APL –, em especial pesquisadores brasileiros vinculados à RedeSist (LEMOS, 2003; LASTRES; CASSIOLATO, 2003; SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004; SANTOS; CROCCO; LEMOS, 2002). Pesquisadores franceses operam, também, com o conceito de sistema produtivo local – SPL (COURLET; SOULAGE, 1994; COURLET, 2001). A mobilização do conceito de arranjo produtivo local surge da contribuição de três abordagens: sobre ambiente ou Meio Inovador, os Clusters e os Distritos Industriais⁹.

Dessa perspectiva, diferente da existência em determinado território de empresas operando isoladamente ou formas de aglomeração sem laços significativos de interdependência (clusters), um arranjo é definido como uma aglomeração produtiva territorial em estágio intermediário de evolução, e um sistema produtivo local ou territorial aparece como o último estágio do ciclo de vida de um APL. Ou seja, um sistema produtivo local pode ser definido como uma configuração de empresas (geralmente MPEs) reagrupadas em um espaço de proximidade em torno de uma atividade na qual as empresas conservam as relações entre elas e o meio sociocultural onde estão inseridas. Tal sinergia produz externalidades positivas para o grupo de empresas que a compõem e para o conjunto do território correspondente (COURLET; SOULAGE, 1994; COURLET, 2001). A cooperação é a base desse intercâmbio entre as empresas e significa trabalho em comum, envolvendo relações de confiança mútua e coordenação, em âmbitos diferenciados (COURLET, 2001; LÉVESQUE, 2001; LEMOS, 2003; LASTRES; CASSIOLATO, 2003).

Diante dos diversos estudos acerca das aglomerações produtivas e suas derivações, é indicada a opção teórica que apresenta uma maior convergência com a abordagem territorial: os “arranjos” ou “sistemas territoriais de produção” como perspectiva teórico-prática de “territorialização do desenvolvimento”.

Partindo do entendimento de que um processo de desenvolvimento, que atenda à perspectiva territorial quanto à dimensão econômico-produtiva, vislumbra formas de produção menos submissas aos interesses externos, demonstrando algum grau de autonomia territorial, ou seja, vislumbrar processos de territorialização do desenvolvimento, a principal estratégia para tal é regiões e territórios estruturarem o setor produtivo sob a forma de arranjos ou sistemas territoriais de produção.

A categoria sistemas territoriais de produção é pouco utilizada na literatura latino-americana e brasileira. São formas de aglomeração produtivas, assemelhadas às que são caracterizadas usualmente como arranjos ou sistemas produtivos locais. Há, no entanto, uma diferença significativa: não se refere apenas a uma forma de aglomeração, ou clusterização, em que há quaisquer formas de cooperação e, em muitos casos, especialização produtiva. A utilização da categoria “sistema” dá um sentido de maior complexidade, em que o todo, chamado

⁹ A literatura sobre estas abordagens e os autores são de conhecimento geral dos pesquisadores, por isso não é referenciada neste texto.

aglomeração produtiva, não se explica pelo somatório das partes, o conjunto de empresas e instituições locais; explica-se pela densidade de interação entre as partes, ou seja, as empresas e instituições que fazem parte do sistema produtivo em referência (DALLABRIDA, 2008; DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2008).

Para tanto, faz-se necessário apresentar o sentido de dois conceitos relevantes: cadeia produtiva (ou de produção) e cadeia de valor. Cadeia produtiva é um conceito utilizado, em especial, no ramo agroindustrial, para se referir ao conjunto de etapas ao longo das quais os diversos insumos passam por processos de transformação até a constituição de um produto final (bem ou serviço) e sua colocação no mercado. O processo inclui fornecedores de insumos e serviços, agentes de processamento e transformação, distribuição, comercialização, até chegar ao consumo final (BATALHA, 1997).

A cadeia de valor refere-se ao conjunto completo de atividades requeridas para que um produto ou serviço seja concebido, produzido, transportado, comercializado, consumido e, finalmente, reciclado. Pode ser organizada em forma de etapas, assim identificadas: concepção tecnológica, produção, transporte, marketing, consumo, reciclagem. O conjunto de etapas e atividades da cadeia de valor global, que acontece num determinado âmbito espacial, desenvolvidas no interior de um cluster, denomina-se cadeia de valor local (FERNÁNDEZ, 2004). A acepção atribuída à cadeia de valor favorece o melhor entendimento da categoria Sistema Territorial de Produção (STP).

Segundo Fernández (2004), o que transforma uma aglomeração produtiva em STP, além da densidade institucional, é a capacidade de inovação coletiva local e sua inserção de uma forma qualificada, não apenas submissa, na cadeia de valor global do setor produtivo a que pertence. Assim, se um território apenas se envolve na atividade de produção da matéria-prima que resulte num produto, a geração de riqueza local é restrita, além de se manter na dependência dos preços a serem definidos pelos que oferecem os insumos, pelos que compram o produto para sua transformação e pelo preço de mercado. Nesta situação, há pouca capacidade de interferência do local em influenciar uma margem de ganho na produção de matéria-prima, ou seja, há uma redução no valor agregado à produção localmente.

Maillat (2002) afirma, também, que as formas de organização dos STPs baseiam-se em duas lógicas principais: a lógica funcional e a lógica territorial. As empresas que atuam segundo a lógica funcional são organizadas de maneira hierárquica, vertical, pois as decisões originam-se da direção central. Elas repartem geograficamente suas diferentes funções (concepção, produção, venda, etc.) de maneira a diminuir os custos de produção (custo de mão de obra, custo de transportes, nível de fiscalização, subvenções acordadas, etc.). O território, nesta situação, é apenas um suporte, um lugar de passagem, pois as empresas não se enraízam nele, ou seja, não ocorre um processo de territorialização, pois estão pautadas nas vantagens comparativas (PECQUEUR, 2006). O território desempenha apenas um papel passivo. A grande maioria dos chamados arranjos produtivos locais estão estruturados segundo essa lógica funcional.

Ao contrário, a lógica territorial implica um elo forte entre as empresas e o território de estabelecimento. A lógica territorial tem por objetivo a territorialização da empresa, ou seja, sua inserção no STP. Nesse caso, as empresas são organizadas em rede, de modo horizontal, com o meio orquestrando o sistema (MAILLAT, 1998b). Elas mantêm relações de cooperação/concorrência, gerando sinergias e complementaridades necessárias ao seu funcionamento. O território desempenha um papel ativo, as empresas são enraizadas e contribuem para o

seu enriquecimento e agregação de valor local, reconhecendo-se sob as bases das vantagens diferenciadoras do território (MAILLAT, 2002; PECQUEUR, 2006). Neste caso, estão enquadrados os chamados STPs, que se diferenciam dos arranjos produtivos locais ou territoriais.

A dominância de uma ou outra lógica nos sistemas produtivos implica sua caracterização, dependendo, como primeiro critério, do seu grau de integração na cadeia de valor agregado. Nessa perspectiva, a empresa situada na região está integrada nas diversas atividades que contribuem para a produção de um bem. Essas atividades podem ser integradas total ou parcialmente numa empresa ou serem repartidas entre várias empresas que estejam estabelecidas na região. Esse critério permite verificar uma diferença entre os STPs e as aglomerações produtivas caracterizadas pela presença de grandes empresas que concentram diversas atividades produtivas (pesquisa, desenvolvimento, produção, venda) de sistemas compostos por empresas isoladas ou de sucursais de grandes organizações. O segundo critério inclui a intensidade de relações de troca entre empresas na região, o que representa as complementaridades e as inter-relações de natureza horizontal que se estabelecem entre os diferentes atores do território. A tipologia sistema territorial de produção resultante, com maior autonomia ou maior submissão, explica-se, de um lado, pela presença ou ausência de relações de trocas intervindo na região e, de outro, pela presença ou ausência de integração interna (na empresa) e na cadeia de valor agregado da região (MAILLAT, 2002).

O resultado dessas diferentes situações impacta na competitividade territorial. Segundo Lopes (2001), competitividade territorial pode ser entendida como a capacidade de uma comunidade territorial para assegurar as condições econômicas do “desenvolvimento sustentado”. Entende-se que as condições econômicas são condição necessária, mas não suficiente. A capacidade de atrair e fixar população, gerar empregos, preferencialmente empregos qualificados, e inovar, são indispensáveis. Veltz (1995), com sentido assemelhado, refere-se ao “êxito territorial”. Para ele, o êxito territorial resulta de competências, redes, projetos e instituições, do que decorrem algumas implicações: (i) a competência exige quadros coletivos de ação sólidos; (ii) a competência desenvolve-se e valoriza-se por meio da constituição de redes internas e externas; (iii) isto pressupõe uma visão, um projeto, ou seja, uma visão consensada de futuro e, como resultante, (iv) o desenvolvimento de territórios-regiões tem uma relação direta com a densidade e qualidade das interações entre atores, o que exige a presença de instituições sólidas e ativas.

Arranjos ou sistemas produtivos locais/territoriais, portanto, estruturam-se assumindo, predominantemente, ou uma lógica funcional ou territorial. A lógica territorial, conforme caracterizada por Maillat (2002, 1998a, b), é a mais recomendada para os sistemas territoriais de produção, assumindo, com isso, uma maior capacidade de competitividade territorial (LOPES, 2001), amplificando o êxito territorial (VELTZ, 1995). Isso faz a diferença em termos de desenvolvimento territorial e o que se compreende ter consequências no âmbito da estruturação da dimensão produtiva do patrimônio territorial, num processo coevolutivo das formas mais desorganizadas de produção, passando pelos arranjos produtivos até se organizarem em sistemas territoriais de produção.

Outra dinâmica do desenvolvimento, que segue as características de aportar maior autonomia territorial, é o de Sistema Agroalimentar Localizado – Sial – e suas derivações, como a Cesta de Bens e Serviços Territoriais. O conceito Sial emerge na década de 90 do século 20 em um contexto de agravamento de problemas ambientais e alimentares, surgimento de crise nas

sociedades rurais diante dos novos desafios enfrentados por diversas empresas dos países do Sul e do Norte, tanto qualitativa quanto quantitativamente (MUCHNIK, 2012; MUCHNIK *et al.*, 2007). O conceito surgiu da inovação que se utilizou de estratégias locais de desenvolvimento de recursos e produtos usados pelos agrupamentos geográficos das empresas do agronegócio (MUCHNIK *et al.*, 2007). O Sial é definido como

[...] organizações de produção e serviço (unidades de produção agrícola, agroalimentares, empresas comerciais e restaurantes) associadas por suas características e funcionamento a um território específico. O meio ambiente, os produtos, os homens, suas instituições, seu saber-fazer, seus hábitos alimentares, suas redes de relacionamentos, se combinam em um território para produzir uma forma de organização agroalimentar em uma determinada escala espacial (CIRAD-SAR, 1996, p. 5).

Quando um determinado território produz vários bens e serviços específicos, que, juntos, criam uma oferta compósita e um ganho plural, associado ao local, segundo Pecqueur (2006), está-se diante do que se convencionou chamar de “cesta de bens e serviços territoriais – CBST”. O autor define CBST como um processo de construção coletiva, promovendo a integração de ações privadas e públicas, de forma que um produto ou serviço é ofertado e sua imagem é relacionada a um determinado território. A ideia da CBST é fundamentada em produtos e serviços de qualidade superior aos de uma oferta heterogênea (PECQUEUR, 2006).

A cesta não é uma adição de propriedade privada justaposta, mas uma combinação de bens públicos e privados. Estas últimas podem ser amenidades ambientais (tipo de paisagem, clima...), mas também financiamentos ou investimentos públicos por tributação ou por concessão e contribuindo para a constituição da cesta (PECQUEUR, 2001, p. 44).

Outra categoria teórica também relevante para compreender a dimensão produtiva do patrimônio territorial é a da economia solidária que, para Lisboa (2004), designa atividades (formais e informais) comunitariamente inseridas, não totalmente sujeitas ao mercado (mas interagem com o mesmo, formatando-o) e a controles burocráticos, por meio das quais as pessoas satisfazem suas necessidades cotidianas de forma autossustentável (sem depender das redes de filantropia). A concepção de Lisboa (2004) aproxima a abordagem da economia solidária à sustentabilidade socioambiental, à solidariedade e à territorialidade. O autor supracitado apresenta uma discussão inovadora, pois coloca a solidariedade como elemento central da economia solidária.

A presente proposta metodológica baseia-se em algumas vertentes e teorias do desenvolvimento territorial que resgatam conceitos como: sistemas produtivos locais, sistemas agroalimentares localizados, economia social e solidária, cesta de bens e serviços territoriais, dentre outros. Reconhece-se, todavia, que o desenho do indicador da dimensão produtivo, neste estudo, não abarca a variedade de conceitos e vertentes do campo do desenvolvimento territorial. O que se propõe com o presente texto é apontar possibilidades e caminhos analíticos para a dimensão produtiva ante a ativação do patrimônio territorial.

Essas categorias teóricas, embasadas em literaturas nacionais e internacionais, puderam ser o ponto de partida para os demais aspectos que comporão o Imap para a dimensão produtiva. Essas categorias teóricas, denominadas por Quivy e Campenhoudt (2005) de conceitos sistêmicos, foram tomados como base para compor o Imap da dimensão produtiva, caracterizados com seus componentes e indicadores e respectivos parâmetros de análise.

COMPONENTES, VARIÁVEIS E ASPECTOS INDICATIVOS PARA A ESTRUTURAÇÃO DE UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DA DIMENSÃO PRODUTIVA

A partir das categorias epistêmico-teóricas mencionadas é possível consolidar, no Quadro 1, os aspectos constitutivos, ou seja, os componentes que são parte das categorias teóricas e da literatura mobilizada e os aspectos indicativos, cujos indicadores de cada componente ajudarão a apontar os pontos-chave de cada escala, culminando na proposição de uma escala para cada componente. São considerados componentes estruturais: Sistemas Produtivos Territoriais; Sistemas Agroalimentares Locais e/ou Agrossilvopastoris; Cesta de Bens ou Serviços Territoriais e Indicações Geográficas; e Empreendimentos Sociais e Cooperativos.

Quadro 1 – Componentes, variáveis, técnicas e instrumentos de coleta de dados e escalas de mensuração para estudo da dimensão produtiva

Dimensão Produtiva			
Componentes	Variáveis	Técnicas e instrumentos de coleta de dados	ESCALA (0 A 5)
C1 – Sistemas Produtivos Territoriais¹⁰	i) estrutura produtiva	Dados Rais e Caged Índice de concentração setorial/industrial Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias	<u>Critério de análise: Estrutura e coordenação produtiva</u> P1a – 1 – Péssimo – Existência de empresas esparsas P1b – 2 – Ruim – Existência de concentração produtiva (Gini) P1c – 3 – Regular – Existência de Clusters – concentração de MPEs em torno de uma grande empresa P1d – 4 – Bom – Ambiente inovador com maior interação entre organizações P1e – 5 – Ótimo – Sistemas produtivos locais (concentração em PMEs, instituições de apoio e P&D, inovação tecnológica e organizacional, existência de consórcios, cooperativas; existência de sinergias, redes e parcerias entre organizações
	ii) mudança técnica e processo de aprendizado	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias	<u>Critério de análise: Iniciativas empreendedoras, disponibilidade de crédito e P&D</u> P2a – 1 – Péssimo – Inexistência de iniciativas empreendedoras, nenhuma disponibilidade de crédito e inexistência de P&D P2b – 2 – Ruim – Baixas iniciativas empreendedoras e empreendimentos cooperativos e/ou associativos P2c – 3 – Regular – Médias iniciativas empreendedoras e empreendimentos cooperativos e/ou associativos P2d – 4 – Bom – Alto nível iniciativas empreendedoras e empreendimentos cooperativos e/ou associativos P2e – 5 – Ótimo – Integração entre iniciativas empreendedoras e empreendimentos cooperativos e/ou associativos, de crédito e P&D
	iii) Governança e organização interinstitucional	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias	<u>Critério de análise: Coordenação entre empresas, existência de instituições de apoio e existência de redes e parcerias:</u> P3a – 1 – Péssimo – Inexistência de coordenação entre empresas, inexistência de instituições de apoio e inexistência de redes e parcerias P3b – 2 – Ruim – Baixa coordenação entre empresas, baixa existência de instituições de apoio, limitada existência de redes e parcerias P3c – 3 – Regular – Média coordenação entre empresas, média existência de instituições de apoio, média existência de redes e parcerias P3d – 4 – Bom – Alta coordenação entre empresas, alta existência de instituições de apoio, alta existência de redes e parcerias P3e – 5 – Ótimo – Integração da coordenação entre empresas às instituições de apoio e às redes e parcerias

¹⁰Compreende-se tal constructo como composto que inclui as diferentes abordagens das dinâmicas produtivas territoriais (APL, SPL, Clusters, Ambiente Inovador, Cadeia de Valor).

C2 – Sistemas Agroalimentares Locais e/ou agrossilvopastoril	i) Existência de produtores e perfil das propriedades agrícolas e pastoris	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias	<u>Critério de análise: Estrutura das propriedades e produtores</u> P4a – 1 – Péssimo – Existência de produtores esparsos P4b – 2 – Ruim – Existência de concentração de produtores do mesmo segmento P4c – 3 – Regular – Existência de produtores menores em torno de um grande produtor P4d – 4 – Bom – Existência de pequenos produtores e certo grau de inovação P4e – Existência de produtores com enraizamento territorial e cultural, com sinergia e ação cooperativa (cooperativas, associações, consórcios etc.)
	ii) Mudança técnica e aprendizado	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Censo Agropecuário, CAR, Documentos Bibliografias	<u>Critério de análise: Iniciativas empreendedoras, disponibilidade de crédito e P&D</u> P5a – 1 – Péssimo – Inexistência de iniciativas empreendedoras, nenhuma disponibilidade de crédito e inexistência de P&D P5b – 2 – Ruim – Baixas iniciativas empreendedoras e empreendimentos cooperativos e/ou associativos P5c – 3 – Regular – Médias iniciativas empreendedoras e empreendimentos cooperativos e/ou associativos P5d – 4 – Bom – Alto nível de iniciativas empreendedoras e empreendimentos cooperativos e/ou associativos P5e – 5 – Ótimo – Integração entre iniciativas empreendedoras e empreendimentos cooperativos e/ou associativos, de crédito e P&D
	iii) Governança e organização interinstitucional	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias	<u>Critério de análise: Coordenação entre produtores, existência de instituições de apoio e existência de redes e parcerias</u> P6a – 1 – Péssimo – Inexistência de coordenação entre produtores, inexistência de instituições de apoio e inexistência de redes e parcerias P6b – 2 – Ruim – Baixa coordenação entre produtores, baixa existência de instituições de apoio, limitada existência de redes e parcerias P6c – 3 – Regular – Média coordenação entre produtores, média existência de instituições de apoio, média existência de redes e parcerias P6d – 4 – Bom – Alta coordenação entre produtores, alta existência de instituições de apoio, alta existência de redes e parcerias P6e – 5 – Ótimo – Integração da coordenação entre produtores às instituições de apoio e à redes e parcerias
C3 – Cesta de Bens ou Serviços Territoriais e Indicações Geográficas	i) Multifuncionalidade, recursos e ativos territoriais	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias	<u>Critério de análise: Multifuncionalidade agrícola e recursos e ativos com especificidade territorial</u> 7a – 1 – Péssimo – Inexistência de multifuncionalidade agrícola e inexistência de recursos e ativos com especificidade territorial P7b – 2 – Ruim – Baixa multifuncionalidade agrícola e baixa existência de recursos e ativos com especificidade territorial P7c – 3 – Regular – Média multifuncionalidade agrícola e média existência de recursos e ativos com especificidade territorial P7d – 4 – Bom – Alta existência de multifuncionalidade agrícola e alta existência de recursos e ativos com especificidade territorial P7e – 5 – Ótimo – Integração da multifuncionalidade agrícola e articulação com os recursos e ativos com especificidade territorial

C4 -Empreendimentos sociais e cooperativos	i) Autonomia e autogestão	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias	<p><u>Critério de análise: Autonomia e autogestão</u></p> <p>P8a – 1 – Péssimo – Inexpressiva presença de organizações que possuem caráter de economia social e solidária</p> <p>P8b – Ruim – Baixa existência de organizações de economia social e solidária, com baixa autonomia e centralização do processo de tomada de decisão</p> <p>P8c – 3 – Regular – Média existência de organizações de economia social e solidária, com limitada autonomia e processos de tomada de decisão centralizados</p> <p>P8d – 4 – Bom – Alta Existência de organizações de economia social e solidária, com autonomia e relativa centralização da tomada de decisão</p> <p>P8e – 5 – Ótimo – Existência de uma pluralidade de tipos de organizações de economia social e solidária, demonstrando aspectos significativos de autonomia e autogestão</p>
	ii) Solidariedade e Cooperação	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias	<p><u>Critério de análise: Solidariedade e cooperação</u></p> <p>P9a – 1 – Péssimo – Inexpressiva presença de solidariedade e inexistência de cooperação</p> <p>P9b – Ruim – Baixa existência da solidariedade e baixa existência de cooperação</p> <p>P9c – 3 – Regular – Média existência da solidariedade e média existência de cooperação</p> <p>P9d – 4 – Bom – Alta existência da solidariedade e alta existência de cooperação</p> <p>P9e – 5 – Ótimo – Expressiva solidariedade e articulação entre as organizações de economia social e solidária, bem como existência de cooperação intra e interinstitucional</p>
	iii) Inserção no mercado	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias	<p><u>Critério de análise: Articulação das organizações da economia social e solidária às estruturas de mercado</u></p> <p>P10a – 1 – Péssimo – Inexpressiva presença de articulação das organizações da economia social e solidária e inexistência de integração às estruturas do mercado</p> <p>P10b – 3 – Ruim – Baixa existência de articulação das organizações da economia social e solidária e baixa integração às estruturas do mercado</p> <p>P10c – 3 – Regular – Média existência de articulação das organizações da economia social e solidária e média integração às estruturas do mercado</p> <p>P10d – 4 – Bom – Alta existência de articulação das organizações da economia social e solidária e alta integração às estruturas do mercado</p> <p>P10e – 5 – Ótimo – Expressiva articulação das organizações da economia social e solidárias às estruturas do mercado formal e informal.</p>

C5 – Trajetória socioeconômica do território	i) Processo de colonização; Processo de formação socioeconômica e surgimento dos setores produtivos	Entrevista; Documentos; Bibliografias	<u>Critério de análise: Processo de formação socioeconômica</u> P11a – 1 – Péssimo – Inexpressiva articulação local na formação socioeconômica e surgimento de setores produtivos P11b – Ruim – Baixa articulação local na formação socioeconômica e surgimento de setores produtivos P11c – 3 – Regular – Média articulação local na formação socioeconômica e surgimento de setores produtivos P11d – 4 – Bom – Alta articulação local na formação socioeconômica e surgimento de setores produtivos P11e – 5 – Ótimo – Expressiva articulação local na formação socioeconômica e surgimento de setores produtivos
	ii) Geração de trabalho e renda	Dados Rais e Caged Documentos Bibliografias	<u>Critério de análise: Iniciativas de geração de trabalho e renda</u> P12a – 1 – Péssimo – Inexistência de iniciativas de geração de trabalho e renda P12b – 2 – Ruim – Baixas iniciativas de geração de trabalho e renda P12c – 3 – Regular – Médias iniciativas de geração de trabalho e renda P12d – 4 – Bom – Alto nível de Iniciativas de geração de trabalho e renda P12e – 5 – Ótimo – Integração entre iniciativas empreendedoras e Iniciativas de Geração de trabalho e renda
	iii) Aspectos socioecológicos (usos do solo, dos recursos hídricos, energéticos, florísticos e faunísticos)	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias	<u>Critério de análise: Projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos</u> P12a – 1 – Péssimo – Inexistência de Iniciativas de Projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos P12b – 2 – Ruim – Baixas iniciativas de Projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos P12c – 3 – Regular – Médias iniciativas de Projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos P12d – 4 – Bom – Alto nível de iniciativas de Projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos P12e – 5 – Ótimo – Integração entre iniciativas e Projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos

Fonte: Elaborado pelos autores com base em: COURLET; SOULAGE, 1994; VELTZ, 1995; BATALHA, 1997; COURLET, 2001; LOPES, 2001; LÉVESQUE, 2001; MAILLAT, 2002; LEMOS, 2003; LASTRES; CASSIOLATO, 2003; MUCHNIK, 2012; MUCHNIK *et al.*, 2007; PECQUEUR, 2001; FERNÁNDEZ, 2004; PECQUEUR, 2006; VIEIRA, 2006; MUCHNIK; CAÑADA; SALCIDO, 2007; DALLABRIDA, 2008; DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2008.

Nos aspectos de análise e interpretação dos dados resultados da coleta, considerando os componentes e os indicadores, é importante contemplar o conjunto de variáveis propostas por Büttenbender e Sausen (2020) com o constructo de governança inovadora e do desenvolvimento territorial (Figura 2 deste artigo).

Cada componente apresenta-se com uma a três variáveis que possuem uma pontuação de 0 a 5. O total de variáveis aponta para 13 critérios que pontuam de 0 a 5, totalizando 65 pontos. A média de cada critério deverá totalizar a pontuação máxima de 5, conforme detalhado no Quadro 2.

Quadro 2 – Composição do cálculo da dimensão produtiva

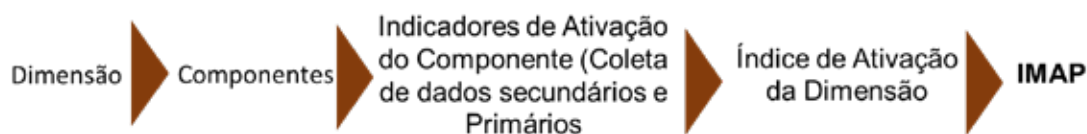
Componentes	Variáveis	Critérios	Média	Pontuação
C1	C1a	Estrutura e coordenação produtiva	C1a+C1b+C1c/15	0 a 5
	C1b	Iniciativas empreendedoras, disponibilidade de crédito e P&D		
	C1c	Coordenação entre empresas, existência de instituições de apoio e existência de redes e parcerias		
C2	C2a	Estrutura das propriedades e produtores	C2a+C2b_C2c/15	0 a 5
	C2b	Iniciativas empreendedoras, disponibilidade de crédito e P&D		
	C2c	Coordenação entre produtores, existência de instituições de apoio e existência de redes e parcerias		
C3	C3a	Multifuncionalidade agrícola e recursos e ativos com especificidade territorial	C3a/5	0 a 5
C4	C4a	Autonomia e autogestão	C4a+C4b+C4c/15	0 a 5
	C4b	Solidariedade e cooperação		
	C4c	Articulação das organizações da economia social e solidária às estruturas de mercado		
C5	C5a	Processo de formação socioeconômica	C5a+C5b+C5c/15	0 a 5
	C5b	Iniciativas de geração de trabalho e renda		
	C5c	Projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos		

Fonte: Elaborado pelos autores.

O cálculo proposto descreve a composição do índice da dimensão produtiva, destacando-se que cada critério obteve uma pontuação de 0 a 5 e a média de cada critério poderá chegar a 5. A passagem do índice da dimensão produtiva para o Imap depende da compreensão da composição do índice geral. A formação do Imap acompanha as orientações e definições do referencial metodológico multidimensional para estudos territoriais com a equação do Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial – Imap –, que é resultante de uma composição que se inicia em cada uma das seis dimensões que dão forma ao patrimônio territorial.

Cada uma das dimensões é formada por componentes, que, por sua vez, podem ser aferidos por indicadores já existentes (dados secundários) ou criados para viabilizar o índice (dados primários). Esses indicadores são valorados em uma escala quanto ao nível de ativação, o que permite formar o índice de ativação de cada dimensão. A agregação ponderada dos índices de cada dimensão resulta no Imap, conforme descrito na Figura 3. Para cada uma das variáveis é constituída uma escala quádrupla, desde uma situação de plena ativação até uma de total precariedade.

Figura 3 – Processo de formação do Imap



Fonte: Elaborada pelos autores, 2022.

Retoma-se a escala adotada de 1 a 5, na qual 1 se refere sempre à pior situação quanto à ativação de cada dimensão do patrimônio territorial, e 5 se refere à situação ideal, portanto ótima para a ativação de cada dimensão do patrimônio territorial. A agregação dos índices das dimensões para o alcance do índice final (Imap) segue a mesma lógica. Quanto mais próximo de 5, mais o território está com seu patrimônio ativado. Quanto mais próximo de 1, menos o território está ativando seus recursos disponíveis em sua dinâmica de desenvolvimento.

Assim sendo, para a equação do Índice da Dimensão Produtiva são agregados os componentes Imap da Dimensão Produtiva, conforme detalhado na Figura 4.

Figura 4 – Agregação dos índices parciais das dimensões para formação do Imap

$$\text{Dimensão Produtiva IMAP} = \frac{C1 + C2 + C3 + C4 + C5}{5}$$

Legenda:
 Imap = Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial
 C1 – Sistemas Produtivos Territoriais
 C2 – Sistemas Agroalimentares Locais e/ou arossilvopastoril
 C3 – Cesta de Bens ou Serviços Territoriais e Indicações Geográficas
 C4 – Empreendimentos sociais e cooperativos
 C5 – Trajetória socioeconômica do território

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

O Índice da Dimensão Produtiva do Território é uma expressão parcial do Imap do território, podendo, assim, analisar especificamente a Dimensão Produtiva em suas variáveis.

Posteriormente, a combinação com os índices das dimensões (produtiva, social, cultural, humano-intelectual, institucional e natural) resultará nos índices de todas as seis dimensões. O cálculo resulta da soma dos índices de cada uma das seis dimensões, dividida pelo número de dimensões que é seis, conforme ilustrado na Figura 5. Assim, resultará no Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (Imap).

Figura 5 – Agregação dos índices parciais das dimensões para formação do Imap

$$\text{IMAP} = \frac{\text{IDS} + \text{IDP} + \text{IDC} + \text{IDHI} + \text{IDI} + \text{IDN}}{6}$$

Legenda:
 Imap = Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial
 IDS = Índice que representa a Dimensão Social
 IDP = Índice que representa a Dimensão Produtiva
 IDC = Índice que representa a Dimensão Cultural
 IDHI = Índice que representa a Dimensão Humana e Intelectual
 IDI = Índice que representa a Dimensão Institucional
 IDN = Índice que representa a Dimensão Natural

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

INDICATIVOS DE ESTRATÉGIAS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Em paralelo à fase de determinação constitutiva e indicativa apresentada anteriormente, é preciso que o pesquisador proceda aos estudos exploratórios e à fase descritiva da pesquisa. Essa fase da pesquisa mobiliza a noção de trajetória, cuja elucidação das condições peculiares da evolução de determinados espaços é colocada em primeiro plano. A relevância desse tipo de instrumento de análise territorial está no fato de ele permitir a reconstituição dos contextos históricos que condicionam a formação de determinadas dinâmicas territoriais de desenvolvimento simultaneamente socioeconômica, sociocultural e sociopolítica, sob o pano de fundo das coações e oportunidades impostas pela dotação em recursos naturais renováveis e não renováveis (SACHS, 1986).

Quanto aos instrumentos de coleta de dados, têm-se a realização de entrevistas não estruturadas com especialistas, testemunhas privilegiadas e/ou pessoas interessadas no objeto pesquisado. Adicionalmente, os pesquisadores poderão adotar, conforme Quivy e Campenhoudt (2005), as seguintes atitudes: (i) incluir poucas perguntas no roteiro; (ii) intervir da forma mais aberta possível; (iii) abster-se de implicar-se no conteúdo – colocar sua posição/visão. Além das entrevistas exploratórias, a pesquisa deverá valer-se de documentos históricos, teses e dissertações, visitas a arquivos histórico-locais e demais organizações, como detalhado no Quadro 3.

Quadro 3 – Instrumentos de coleta de dados propostos para o índice da dimensão produtiva

Componentes	Variáveis	Técnicas e instrumentos de coleta de dados
C1 – Sistemas Produtivos Territoriais¹¹	i) Estrutura produtiva	Dados Rais e Caged Índice de concentração setorial/industrial Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias
	ii) mudança técnica e processo de aprendizado	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias
	iii) Governança e organização interinstitucional	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias

¹¹Compreende-se tal constructo como composto que inclui as diferentes abordagens das dinâmicas produtivas territoriais (APL, SPL, Clusters, Ambiente Inovador, Cadeia de Valor).

C2 – Sistemas Agroalimentares Locais e/ou agrossilvopastoril	i) Existência de produtores e perfil das propriedades agrícolas e pastoris	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias
	ii) Mudança técnica e aprendizado	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias
	iii) Governança e organização interinstitucional	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias
C3 – Cesta de Bens ou Serviços Territoriais e Indicações Geográficas	i) Multifuncionalidade, recursos e ativos territoriais	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias
C4 – Empreendimentos sociais e cooperativos	i) Autonomia e autogestão	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias
	ii) Solidariedade e cooperação	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias
	iii) Inserção no mercado	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias
C5 – Trajetória socioeconômica do território	i) Processo de colonização; Processo de formação socioeconômica e surgimento dos setores produtivos	Entrevista Documentos Bibliografia
	ii) Geração de trabalho e renda	Dados Rais e Caged Documentos Bibliografias
	iii) Aspectos socioecológicos (usos do solo, dos recursos hídricos, energéticos, florísticos e faunísticos)	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na etapa descritiva e analítica da pesquisa, que correspondente ao resgate da trajetória socioeconômica e socioecológica, é preciso identificar os setores produtivos predominantes que emergiram do território pesquisado, procurando-se sintetizar o perfil demográfico do território e suas particularidades naturais que impactam nas dinâmicas socioprodutivas. Na fase explicativa da pesquisa busca-se reunir diferentes instrumentos de coleta de dados, bem como selecionar os participantes da pesquisa.

Quanto aos dados primários, eles poderão ser organizados por meio de entrevistas semiestruturadas, com roteiros baseados nos componentes e indicadores definidos no Quadro 1, com adaptações a serem realizadas a partir de cada contexto territorial. Além das entrevistas poderão ser utilizadas as técnicas *focus group*, que são instrumentos de coleta de dados, como questionários validados em outras pesquisas, por exemplo, a proposta de avaliação dos APLs da RedeSist da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A escolha dos instrumentos de coleta de dados dar-se-á a partir da necessidade da pesquisa, das dificuldades de acesso aos dados e atores, bem como da natureza do objeto de pesquisa a ser pesquisado. Também será utilizada a técnica de coleta chamada “observação”, que, segundo Richardson (1985), em alguns aspectos é imprescindível ao pesquisador do campo social, pois possibilita a obtenção das informações quando elas ocorrem. Os dados secundários, serão obtidos por meio de pesquisa documental, documentos históricos e pesquisadas em periódicos, revistas, jornais e demais publicações da região (RICHARDSON, 1985).

Para a seleção dos participantes da pesquisa um caminho é o da utilização da técnica metodológica *snowball* (“Bola de Neve”). Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística empregada em pesquisas sociais em que os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que, por sua vez, indicam novos participantes e, assim, sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”). O “ponto de saturação” é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes.

A análise e interpretação dos dados poderá ser coordenada por diferentes mecanismos de análise. Um dos mecanismos é a proposta de Bardin (2009) de análise de conteúdo, que se desenrola a partir das seguintes fases: (i) pré-exploração do material ou de leituras das entrevistas (vertical e horizontalmente); (ii) seleção das unidades de análise (ou unidades de significados que foram apresentados no Quadro 1) – nessa fase as categorias teóricas são orientadoras, porém não se pode, na análise, dissociar-se tampouco em última instância abster-se do uso de recursos mentais e intuitivos que, muitas vezes, transcendem as questões postuladas e são definitivamente necessários a uma análise deste porte; (iii) o processo de categorização e subcategorização: as categorias como grandes enunciados que abarcam um número variável de temas, segundo seu grau de intimidade ou proximidade, e que possam, por meio de sua análise, exprimir significados e elaborações importantes que atendam aos objetivos dos indicadores e parâmetros do Imap.

A interpretação dos dados, portanto, será desenvolvida de acordo com a análise qualitativa do conteúdo, correlacionando-se com o referencial teórico assumido, baseado numa análise explicativa e prospectiva. Por meio das entrevistas e demais instrumentos de coleta de dados aplicados, bem como pela observação, será possível realizar a triangulação dos dados obtidos para que a análise e a interpretação dos dados seja realizada de forma confiável (TRIVIÑOS,

1987). Por fim, a partir da análise dos parâmetros estabelecidos será possível identificar qual a posição da dimensão produtiva no contexto do Imap.

A fase prospectiva da pesquisa deverá estar baseada nos resultados da etapa descritiva das trajetórias e na fase explicativa e interpretativa, com o intuito de promover a elaboração de cenários alternativos, espaços de manobras possíveis para o território e experiências pesquisadas. Nessa fase da pesquisa é preciso identificar, no balanço entre potencialidades e obstáculos, quais são as precariedades dos sistemas produtivos do território e quais os espaços possíveis de reversão do quadro atual. A proposição de uma base de possíveis cenários alternativos ao território seria um dos resultados desta fase da pesquisa.

Considerando que a fase prospectiva poderá alimentar estratégias mais amplas de desenvolvimento e de ativação do patrimônio territorial, faz-se necessário reconhecer o papel dos operadores territoriais como articuladores no movimento de concerto entre os atores territoriais no processo de definição das alternativas de desenvolvimento territorial desenhado pelos grupos locais (DALLABRIDA; MENEZES; FUINI, 2023)., sendo este um processo relacional pautado em decisões que são escolhas humanas baseadas em possibilidades objetivas (GUERREIRO RAMOS, 2014). Assim, precisamos ter operadores territoriais capazes de comunicar à sociedade acerca dos limites do território e de promover determinadas ações e projetos de desenvolvimento e ativação do patrimônio territorial, como a ausência de características naturais que possam suportar determinados tipos de produções industriais ou agrícolas. A capacidade de comunicação quanto às possibilidades que ações ou projetos de desenvolvimento podem gerar, tanto em termos de impactos positivos quanto negativos, pois sempre haverá riscos, mais ou menos identificáveis, pode gerar processos de aprendizagens contínuos (DALLABRIDA *et al.*, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de estratégias para ativação do patrimônio territorial pode ser interpretado como conjunto de práticas e discursos. O desafio é articular o conjunto de práticas e as manifestações discursivas presentes em determinado território e que contemplem os interesses e motivações de todos ou, no mínimo, da maioria dos grupos sociais, e que, acima de tudo, atendam à perspectiva da sustentabilidade.

Este artigo versou sobre o patrimônio territorial a partir de uma abordagem multidisciplinar e multidimensional, indicando referenciais teórico-metodológicos sobre a dimensão produtiva que possam embasar um instrumental metodológico multidimensional a ser utilizado na realização de estudos de diagnóstico, análise e prospecção territorial. O objetivo central foi contextualizar teoricamente a dimensão produtiva na dinâmica territorial do desenvolvimento. Esta contribuição metodológica reconhece, a partir da dimensão produtiva, os diversos componentes e variáveis de verificação, com vistas a gerar cenários, políticas públicas e prioridades na promoção do desenvolvimento territorial.

Os avanços a serem produzidos pelos membros do grupo de pesquisa, com os aportes multidisciplinares e multidimensionais relacionados às outras dimensões do patrimônio territorial, poderão gerar aportes adicionais na perspectiva do aprimoramento contínuo dos fundamentos teórico-metodológicos da dimensão produtiva, gerando interfaces. De qualquer

forma, se reconhece que os fundamentos, métodos e instrumentos, até então invocados, não mais são suficientes para responder aos desafios atuais da pesquisa que atenda à abordagem territorial do desenvolvimento, bem como, de forma específica, a abordagem sobre patrimônio territorial.

Os paradigmas que firmam os novos pressupostos epistêmico-teórico-metodológicos, referenciados na investigação da qual resultou este texto, são geradores de inovações na sua forma de produzir ciência, trazendo importantes aportes para o desenvolvimento territorial sustentável das diferentes sociedades.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao CNPq e a FAPERGS pelo auxílio no projeto.

REFERÊNCIAS

- ANDION, M. C. *Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da Agreco*. 2007. 385 f. Tese (Doutorado) – UFSC, Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2007.
- ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BARTOLI, E. Patrimônio territorial e desenvolvimento local: sistemas locais urbano ribeirinhos em Parintins (AM). In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES – CIETA, 6., 2014. São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo, 2014. p. 842-860.
- BARTOLI, E. Sistemas territoriais em Parintins (AM): mediações urbanas e ordenamento territorial. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v. 5, n. 2, p. 1-16, ago./dez. 2017.
- BATALHA, M. *Gestão agroindustrial*. São Paulo: Atlas, 1997.
- BENKO, G. *Economia espaço e globalização: na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BÜTTENBENDER, P. L.; SAUSEN, J. O. Innovative development management practices in a border region: a construct proposal of innovative governance and territorial development. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 2, p. 446-458, 2020.
- BÜTTENBENDER, P. L. et al. Abordagem territorial do desenvolvimento: referências teórico-metodológicas da dimensão produtiva. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 1, 2022.
- CIRAD-SAR. Centro de Cooperação Internacional de Pesquisa agrônômica para desenvolvimento, Departamento dos Sistemas Agro-alimentares e Rurais. Systèmes agroalimentaires localisés (organisations, innovations et développement local. *Proposition d'animations scientifique du laboratoire STSC*, n. 134, 1996.
- COURLET, C. *Territoires et régions, les grands oubliés du développement économique*. Paris: L'Harmattan, 2001.
- COURLET, C.; SOULAGE, B. *Industrie, territoires et politiques publiques*. Paris: L'Harmattan, 1994.
- DALLABRIDA, V. R. Abordagem territorial do desenvolvimento e o desafio de um instrumental metodológico multidimensional: apresentação de dossiê. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 1, p. 8-12, jan./abr. 2022.
- DALLABRIDA, V. R. Patrimônio territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Editora Unijuí, v. 18, n. 52, p. 12-32, jul. 2020a.
- DALLABRIDA, V. R. Território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. *G&DR – Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 2, p. 63-78, maio/ago. 2020b.
- DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. *G&DR – Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 2, p. 256-273, maio/ago. 2021.
-

- DALLABRIDA, V. R. *et al.* Categorias conceituais e pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial. *Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável*, v. 7, n. 1, p. 43-80, jan./jun. 2021.
- DALLABRIDA, V. R.; MENEZES, E. C. O.; FUINI, L. L. O desafio da construção e reconhecimento de territórios nos processos de análise e prospecção territorial. *Revista Caminhos da Geografia*, 2º semestre de 2023. (No Prelo).
- DALLABRIDA, V. R. *et al.* Estado e sociedade na construção de capacidades para fortalecer práticas de governança territorial. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Dossiê: Políticas Públicas e Estatalidade*, v. 24, e202219pt, 2022.
- DALLABRIDA, V. R. A *nueva ortodoxia* regionalista estará envelhecendo? *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 4, p. 182-188, 2008.
- DALLABRIDA, V. R.; FERNÁNDEZ, V. R. *Desenvolvimento territorial: possibilidades e desafios, considerando a realidade de âmbitos espaciais periféricos*. Passo Fundo; Ijuí: Editora UPF; Editora Unijuí, 2008. V. 1.
- DEMATTEIS, G. Il sistemi territoriali in um'ottica evolucionista. In: DEMATTEIS G.; GOVERNA, F. (org.). *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot*. Milano: Angeli, 2005. p. 15-38.
- DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SLoT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A.; CORRIJO, B.; CANDIOTTO, L. (org.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 33-46.
- DIAS, R. *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. São Paulo: Atlas, 2009.
- ELKINGTON, J. *Cannibals With Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*. Stony Creek, CT: New Society Publishers, 1998.
- ETZKOWITZ, H. *Hélice tríplice: universidade-indústria-governo. Inovação em ação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- FELÍCIO, M. J. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.
- FERNÁNDEZ, V. R. Densidad institucional, innovación colectiva y desarrollo de las cadenas de valor local: un triángulo estratégico en la evolución de los enfoques regionalistas durante los 90s. *Redes*, v. 9, n. 1, p. 7-35, jan./abr. 2004.
- FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista Nera*, a. 6, n. 16, p. 273-283, 2005.
- FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (ed.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008. p. 173-230.
- FLECK, L. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum Editora, 2010.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *Quo Vadis Homo sapiens sapiens*. In: BONAIUTI, M. (ed.). *From Bioeconomics to Degrowth*, New York: Routledge, 2011. p. 158-170.
- GODARD, O. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 198-223.
- GODARD, Olivier. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques. *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 2000.
- GUERREIRO RAMOS, A. A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Editora UnB, 2014.
- JULIEN, P. A. *Empreendedorismo regional e economia do conhecimento*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. Sistemas de inovação e arranjos produtivos locais: novas estratégias para promover a geração, aquisição e difusão de conhecimento. *Revista Centro de Ciências Administrativas*, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 189-195, dez. 2003.
- LEMONS, C. Micro, pequenas e médias empresas no Brasil: novos requerimentos de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais. 2003. 269 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

- LÉVESQUE, B. *Le partenariat: une tendance lourde de la nouvelle gouvernance à l'ère de la mondialisation. Enjeux et défis pour les entreprises publiques et d'économie sociale*. Cahiers du Crises, Avril, 2001.
- LISBOA, A. M. Socioeconomia solidária: marco conceitual latino-americano. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9., 2004. Uberlândia. *Anais [...]*. Uberlândia: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2004.
- LOPES, R. *Competitividade, inovação e território*. Oeiras, PT: Celta Editora, 2001.
- MAGNAGHI, A. *Montespertoli: le mappe di comunità per lo statuto del territorio*. Firenze: Alinea, 2010.
- MAILLAT, D. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. *Interações*, Campo Grande, MT, v. 3, n. 4, p. 9-16, mar. 2002.
- MAILLAT, D. From the Industrial District to the Innovative Milieu: Contribution to an Analysis of Territorialisated Productive Organisations. *Recherches Economiques de Louvain*, v. 64, p. 111-129, 1998a.
- MAILLAT, D. Meios inovadores e novas gerações de políticas regionais. *Empreendedorismo & Desenvolvimento Regional*, v. 10, ed. 1, p. 1-16, 1998b.
- MEADOWS, D. H. *et al. Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- MUCHNIK, J. *et al. Systèmes Agroalimentaires Localisés. Dossier Systèmes agroalimentaires localisés. Economies et Sociétés*, n. 29, p. 1.465-1.484, sep. 2007.
- MUCHNIK, J.; CAÑADA, J. S.; SALCIDO, G. T. Systèmes agroalimentaires localisés: état des recherches et perspectives. *Cahiers Agricultures*, v. 17, n. 6, nov./déc. 2007.
- MUCHNIK, J. Sistemas agroalimentarios localizados: desarrollo conceptual y diversidad de situaciones. In: SALCIDO, G. T.; TORRES, R. M. L. *Los sistemas agroalimentarios localizados: identidad territorial, construcción de capital social e instituciones*. México: Imprensa Juan Pablos, 2012. p. 25-42. (Colección Alternativas).
- PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. *Économie Rurale*, v. 1, n. 261, p. 37-49, 2001.
- PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, 2006. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2005.v24.243>
- PEDON, N. R. *Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica*. 2009. 235 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, SP, 2009.
- QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. *Manual de investigação em ciências sociais*. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985.
- RIST, G. *The history of development: from western origins to global faith*. New York: Zed Books, 2008.
- SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *Brasil: território e sociedade no limiar do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SANTOS, F.; CROCCO, M.; LEMOS, M. B. Arranjos e sistemas produtivos locais em “espaços industriais” periféricos: estudo comparativo de dois casos brasileiros. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 6, n. 2, p. 147-180, jul./dez. 2002.
- SANTOS, G. A. G.; DINIZ, E. J.; BARBOSA, E. K. Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. In: BNDES. *Arranjos produtivos locais e desenvolvimento* Rio de Janeiro: BNDES, 2004. (Versão preliminar).
- SEARLE, J. R. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SILVEIRA, M. L. Novos acontecimentos, novas territorialidades. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (org.). *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Insular, 2013. p. 125-153.
- SOBREIRO FILHO, J. *Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentiosos políticos: produção do espaço, redes e lógica – racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina*. 2016. 440 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, SP, 2016.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- VELTZ, P. *Mondialisation, villes et territoires: l'économie d'archipel*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

VIEIRA, P. F. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. *Eisforia – Desenvolvimento Territorial Sustentável: Conceitos, Experiências e Desafios Teórico-Methodológicos*, Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006.

WALLERSTEIN, I. *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

Todo conteúdo da Revista Desenvolvimento em Questão está
sob Licença Creative Commons CC – By 4.0